

Políticas culturais e juventude*

I. Nos recentes trabalhos produzidos no âmbito dos organismos internacionais vocacionados para os temas aqui em causa tornou-se recorrente a referência a uma necessária e crescente aproximação entre a investigação e a intervenção. Na verdade, se, no passado, ambas se desenvolveram sem que entre elas deliberadamente se estabelecessem correspondências — para lá daquelas que resultam do facto de os problemas e temas privilegiados pela investigação não serem nunca completamente independentes dos problemas sociais que preocupam os vários agentes —, hoje em dia, porém, investigação e intervenção vêm revelando uma recíproca sensibilidade quanto às vantagens de articular as diferentes lógicas por que cada uma se rege.

Neste sentido, como observa Leopold Rosenmayr há já alguns anos, vários investigadores têm aprofundado determinados temas e aspectos teóricos e afinado determinados instrumentos para a aplicação dos resultados das suas pesquisas, estabelecendo, assim, bases para a formulação e a avaliação de novas políticas, bases a que vários decisores, por seu lado, começaram a reconhecer a utilidade¹.

Naturalmente que este processo de aproximação entre os dois domínios — investigação e intervenção — não está isento de obstáculos. Não raro se retraem os políticos porque os trabalhos de investigação se afastam dos sectores que mais directamente lhes interessam e se desanimam os investigadores porque as decisões daqueles ignoram as suas conclusões.

Mas, quando se trata da intervenção do Estado, estas dificuldades entre políticos e investigadores constituem apenas um aspecto específico de um debate mais vasto, sempre latente, o clássico debate sobre as relações Estado/sociedade civil ou, noutros termos, *o debate entre intervencionismo e liberalização*. Parece-nos conveniente abrir esta reflexão sobre as políticas culturais de juventude com uma breve panorâmica sobre as actuais tendências do referido debate.

* Este texto resulta de um projecto de investigação integrado no Observatório Permanente da Juventude em Portugal, apoiado financeiramente pelo Instituto da Juventude.

¹ *Juventud y Cambio — Análisis del Programa de la Unesco relativo a la juventude*, Paris, Prólogo, 55-77/WS/22, Julho de 1978.

A começar, podemos distinguir duas grandes linhas:

Uma corrente maniqueísta, que contrapõe conflituamente o sector público e o sector privado;

Uma corrente conciliatória, que reconhece o crescente intercâmbio entre ambos os sectores.

A primeira arrisca-se a conduzir a uma alternativa redutora em que o Estado é concebido associologicamente como entidade abstracta e as dinâmicas da sociedade civil são identificadas às do mercado. Nesta linha, o debate pode ser atravessado por investimentos apaixonados, ora em nome de um ideal de serviço público desinteressado a que este jamais correspondeu, ora em nome de um mercado supostamente emancipador, lugar utópico de espontânea harmonização de interesses contraditórios. A este propósito, A. e M. Mattelart —autores que, no âmbito da sua especialidade (sociologia da comunicação social), se têm preocupado em problematizar o actual processo de redefinição do Estado frente às pressões de sectores supranacionais— fazem notar que, no debate Estado/sociedade civil, «as discussões colonizadas por um ponto de vista unívoco sobre o mercado ou, inversamente, por uma fixação na velha ideia de serviço público ocultam a complexidade da relação serviço público/mercado»².

A segunda linha, numa orientação que se procura atenta à dialéctica público/privado, oscila entre uma posição que classificaremos de humanista e outra de pragmática (classificação demasiado simplificadora, mas que tem algum valor indicativo na economia destas considerações necessariamente sucintas).

A posição dita humanista pode ser ilustrada através das comunicações apresentadas num colóquio sobre política cultural europeia, ao nível de uma reunião dos ministros da Cultura dos países da Comunidade Europeia (Roma, 1985). Em jeito de síntese, citamos Paola de Biase, uma deputada do Parlamento Europeu que, relativamente ao debate entre a defesa do intervencionismo e a da liberalização, observa que «o problema consiste em reconhecer que, se o reforço da liberdade e das possibilidades de iniciativa é o principal objectivo a atingir, tal objectivo jamais é o produto miraculoso do *laisser-faire*. A cultura é obra de indivíduos e de grupos em condições de agir e comunicar com eficácia, não é uma missão pública. Todavia, o apoio público é essencial para criar condições e assegurar meios que permitam que a comunicação recíproca entre os sujeitos se realize sem desequilíbrios, segundo a lógica própria da comunicação cultural, e não segundo lógicas como a da publicidade e do mercado. Pluralidade de níveis de responsabilidade institucional das políticas culturais e pluralidade dos sujeitos não ins-

titucionais em acção neste domínio são as duas condições essenciais para as políticas da cultura»³.

A posição dita pragmática distingue-se por não estar preocupada com questões de enfeudamento à lógica de mercado. Nesta outra óptica, a crise do Estado social, com a sua dificuldade de resposta perante as solicitações criadas pelo novo sistema de produção e difusão cultural, deu lugar a que o financiamento público emparceirasse cada vez mais com o financiamento privado a partir dos anos 70.

Para além disso, a convergência entre Estado, empresas e agentes culturais (públicos e privados) — fenómeno que entretanto, se tornou transparente — é apresentada como condição necessária de uma estratégia de desenvolvimento global em que a dimensão cultural ganha prioridade, exigindo uma gestão flexível e eficaz.

Esta nova configuração de relações aparece associada a diversas mudanças, nomeadamente no que se refere:

À imagem da empresa;

Às expectativas quanto ao intercâmbio entre sector público e privado;

Às representações sobre o binómio dinheiro-cultura.

As empresas, e as próprias multinacionais, ultimamente ganharam em direitos de cidadania, tendendo a diluir-se os antigos traços de uma imagem negativa que lhes denunciava abusos, exploração, imperialismo — em clima de recessão elas passaram a ser olhadas sobretudo como factores de dinamismo, como fontes de emprego. Mas não só; para a nova imagem da empresa parecem ter contribuído igualmente novos paradigmas de gestão que atribuem grande centralidade à problemática da cultura de empresa nas suas dimensões interna e externa. O apoio privado à cultura (na expressão do patrocínio ou do mecenato), associando o sector empresarial ao sector cultural, funciona como garante de legitimação e de humanização da empresa.

Há que ter presente que uma parte da cultura (em particular a esfera das indústrias culturais) passa cada vez mais por tecnologias avançadas que exigem investimentos de vulto; outra parte (a esfera das formas clássicas de cultura) tende também a ser cada vez mais dispendiosa, dado que, neste caso, o aumento de custos de produção dificilmente pode ser acompanhado pelo aumento da produtividade.

Esta situação leva ao crescente envolvimento do sector empresarial no sector cultural, quer investindo na primeira esfera, onde a rentabilidade pode ser altamente sedutora, quer apoiando a segunda esfera, onde as vantagens a retirar são antes da ordem do simbólico, mas de modo algum depreciáveis do ponto de vista das estratégias de comunicação das empresas.

³ Paola de Biase, «Sujets culturels et politique de la culture», in *Pour une Politique Européenne de la Culture*, Paris, dir. Jacques Delcourt e Roberto Papini, Economica, 1987, pp. 45 e 46.

O sector público, financeiramente pouco dotado para custear o desenvolvimento cultural, encara portanto muito favoravelmente a parceria com o sector privado. Por sua vez, os agentes culturais tendem a ser menos reticentes quanto à sua relação contratual com este último, ultrapassado que foi o velho ideal romântico do artista alheio às coisas materiais e atenuada que está a suspeita quanto à aproximação entre «os mundos» do dinheiro e da cultura, sabendo-se como esta custa cara⁴.

Entre os três protagonistas vão-se, pois, operando deslocamentos de estratégias e sentidos:

- O sector privado inspira-se nas finalidades do sector público (noção de responsabilidade social);
- O sector empresarial reivindica «os valores da *irracionalidade* dos gestos magnificentes e abre-se à *gratuidade* dos gestos da criação cultural e artística», enquanto o sector cultural procura dotar-se dos «valores da *racionalidade económica* e da *eficácia* das técnicas de gestão organizacional»⁵.

Sob este olhar pragmático acontece, por vezes, desenvolver-se uma recuperação do «ponto de vista unívoco sobre o mercado», atrás apontado como um efeito da tendência maniqueísta no debate público/privado. Tal ponto de vista encontra clara explicação no polémico trabalho de Jean-Jacques Rosé acerca do apoio privado à cultura, que, para este autor, é condição de desenvolvimento cultural na medida em que é também condição de emancipação frente aos bloqueamentos do serviço público — «o retraimento do Estado, da lei, da regulamentação, da Administração, está patente aos nossos olhos. Face a ele progride a técnica, a empresa, a comunicação, o contrato. [...] O diálogo e o contrato jamais aboliram a liberdade. Pelo contrário, a liberdade exerce-se no diálogo e formaliza-se no contrato que fixa os direitos e as obrigações livremente consentidas pelas partes. [...] O investidor e o produtor (artista) estão unidos numa mesma finalidade: o reconhecimento do valor da obra, logo, a curto ou longo prazo, do seu sucesso. Quem ‘coloca o seu dinheiro’ nas mãos de um criador tem confiança na sua capacidade de criar uma obra de valor. A melhor garantia da ‘liberdade’ do artista reside nesta confiança»⁶.

No entanto, não é esta a orientação predominante nos numerosos documentos apresentados pelos finais dos anos 80 no Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa, que antes advogam a complementaridade

⁴ Esta temática foi desenvolvida no artigo de Maria de Lourdes Lima dos Santos e Idalina Conde «O mecenato cultural de empresa em Portugal», in *Análise Social*, n.º 107, ICS, 1990.

⁵ Maria de Lourdes Lima dos Santos e Idalina Conde, «O mecenato cultural [...]», in *op. cit.*, p. 437

⁶ Jean-Jacques Rosé, *L'or pour l'art. De Mécène aux Sponsors*, Paris, Flammarion, 1986, pp. 128 e 233.

entre o sector público e o privado, seja na vertente mais humanista, seja na mais pragmática. É verdade que tendem a considerar a existência da parceria entre os dois sectores insuficiente, só por si, para assegurar o pluralismo das iniciativas, tido como factor indispensável ao desenvolvimento cultural; igualmente tendem a afirmar que tanto um sector como outro apresentam riscos — da politização da cultura por parte do sector público e da sua mercantilização por parte do sector privado. Não deixam por isso de chamar a atenção para a importância da intervenção do Estado, que, numa sociedade democrática, como diz Jacques Delcourt, «se justifica pela necessidade de promover o acesso à educação e à cultura e, ainda, de assegurar uma suficiente igualdade de oportunidades de acesso à cultura, o que uma 'mercantilização' sempre se arrisca a restringir ou bloquear»⁷.

Deste breve balanço em torno do debate intervencionismo/liberalização parece poder concluir-se que a ideia de um serviço público reduzido a um resquício histórico está ainda longe de colher unanimidade e que, pelo contrário, continua a esperar-se que o Estado use os seus meios de intervenção para o desenvolvimento das actividades socioculturais, regulamentando-as, dando-lhes apoio financeiro e acompanhando-as na sua realização, embora de modo flexível e sem cair em tentações de «estatismo».

Parece-nos, assim, que é possível, em termos de grande generalidade, definir um *modelo de intervenção do Estado* a que se ajusta a maioria das tomadas de posição expressas nos vários documentos consultados. Segundo este modelo, os meios de intervenção devem ser utilizados: 1) de modo descentralizado; 2) não autoritário; 3) integrado (articulação da acção de entidades de diferente natureza: governamentais e não governamentais, públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas); 4) pluriespacial (articulação de diferentes níveis de acção: local, regional, nacional e transnacional) — elementos que adiante se não-de retomar.

A partir daqui, a nossa reflexão sobre políticas culturais e juventude, no âmbito internacional, desenvolver-se-á segundo um processo de aproximações sucessivas e crescente grau de especificidade, percorrendo os seguintes domínios: 1) *políticas de juventude*; 2) *políticas culturais*; 3) *políticas culturais de juventude*. Apoiar-nos-emos em estudos e debates publicados pelos organismos internacionais (da Unesco e da Comunidade Europeia), complementando-os com algumas outras pesquisas de índole sociológica.

II. Lembramos que, havendo diferentes níveis a distinguir quando se aborda a questão das políticas — as recomendações quanto às políticas, as políticas propriamente ditas e a avaliação dos seus efeitos —, é ao primeiro nível (do discurso volitivo sobre o que *deve ser*) que aqui nos situamos. Os

⁷ Jacques Delcourt, «Les nouveaux espaces culturels: enjeux d'un monde sans frontières», nas já citadas actas do colóquio *Pour une Politique Européenne de la Culture*.

modelos esboçados nos pontos seguintes reportam-se, portanto, às tomadas de posição (recomendações, propostas ou sugestões) que identificámos relativamente aos três domínios acima referidos.

1. POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Tendo em vista a intervenção do Estado no domínio das *políticas de juventude*, desenha-se um modelo que, sem rejeitar os princípios gerais atrás enunciados, se constitui agora segundo novas lógicas decorrentes deste primeiro grau de especificidade que se passa a considerar.

Trata-se de um *modelo participativo* a caracterizar sumariamente nos seguintes termos:

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Uma política globalizante, capaz de articular os diferentes sectores que se ocupam com a situação da juventude.

A designação de «mosaico compósito», lançada em 1985 no balanço da Unesco sobre o Ano Internacional da Juventude⁸, exprime de modo sugestivo a preocupação em abarcar as questões juvenis numa abordagem multi-dimensional, tanto na área da investigação como na da intervenção. O grande objectivo consistiria em integrar numa visão de conjunto os diferentes níveis de análise — económico, demográfico, político, cultural, psicológico, ambiental, etc. — de que são alvo os problemas da juventude, em regra distribuídos por quatro grandes categorias nos relatórios internacionais, designadamente: emprego; educação e formação; delinquência e abuso de drogas; cultura e tempos livres.

A esta perspectiva corresponderia, por parte da administração pública, uma visão de política de juventude articulada e coordenada entre os diversos ministérios.

MÉTODOS

Co-gestão com participação dos jovens e reconhecimento do seu direito de iniciativa (política de envolvimento directo com os jovens como actores principais).

Propostas de contacto juventude-sociedade através do diálogo aberto ao nível colectivo (em instituições educativas e profissionais, sindicatos, partidos, associações, etc.)⁹.

⁸ *Évaluation des Résultats des Mesures Prises et des Activités Exécutées au Cours de l'Année Internationale de la Jeunesse: Participation, Développement, Paix (1985)*, Nations Unies.

⁹ As recomendações no sentido de incentivar a participação efectiva dos jovens insistem no alargamento desta ao nível das políticas internacionais de juventude, conforme os termos cla-

CONCEPÇÃO SOBRE A JUVENTUDE

Reconhecimento da juventude como categoria social heterogénea (necessidade de distinguir diferentes grupos de jovens com diferentes posições objectivas e subjectivas).

Destaque para uma ideia de juventude como colaboradora activa no desenvolvimento social, factor de inovação e de mudança social (jovens-agentes de reprodução social, mas também de transformação). Donde a necessidade de conceber esta categoria como uma força actuante, e não como objecto passivo de pesquisas ou de medidas de protecção¹⁰.

PAPEL DO ESTADO

Coordenação por parte do Estado das acções dos diferentes actores em jogo, segundo uma estratégia integrada e coerente, orientada pelos princípios atrás referidos.

Apoio em meios materiais, financeiros e administrativos, em moldes que permitam a futura autogestão dos grupos e instituições dos jovens contemplados.

A par destas componentes do modelo participativo encontram-se, contudo, alguns elementos dissonantes, configuradores de um modelo contrapontual de que a maioria das posições se demarca, não sem deixar de incorporar, por vezes, e mais ou menos contraditoriamente, um ou outro desses elementos.

Em relação ao *modelo contrapontual*¹¹ podemos seguir o esquema atrás adoptado para o modelo dominante, obtendo agora o seguinte quadro:

ramente expressos no Congresso Mundial da Juventude de 1985: «Considerando que as possibilidades que os jovens actualmente têm de influir sobre as políticas das instituições intergovernamentais são limitadas, recomenda-se a todos os Estados membros que façam figurar representantes da juventude no seio da sua delegação à Assembleia Geral das Nações Unidas, assim como nas devidas reuniões das outras instituições e organismos do sistema das Nações Unidas, inclusive da Conferência Geral da Unesco. Recomenda-se igualmente que, para além disso, todas as comissões nacionais para a Unesco considerem como uma das suas mais importantes prioridades a participação efectiva dos jovens nos seus trabalhos [...]» (*Relatório da Comissão III do Congresso Mundial da Juventude*, Barcelona, 8-15 de Julho, 1985, recomend. 165).

¹⁰ A título de ilustração desta ideia, cita-se Martín del Campo, subdirector-geral para as Ciências Sociais e Humanas da Unesco, na sessão de encerramento do Congresso já referido na nota anterior: «O tema da juventude não deve ser tratado numa óptica paternalista, exterior aos jovens e sem o seu concurso. É um erro considerá-los como meros recursos para o desenvolvimento ou objectos de manipulação económica e política, porque eles são os sujeitos principais de todo o processo social» (anexo II, pp. 39-40).

¹¹ O que aqui chamamos *modelo contrapontual* (por referência ao modelo participativo dominante) corresponde, em parte, ao «modelo de política de gestão», tal como é designado por Kellerhals e outros co-autores num trabalho apresentado já há bastantes anos, mas que fornece instrumentos que continuam a ser úteis para a caracterização das políticas relativas à juventude (veja-se Pierre Arnold, Michel Bassand, Bernard Grettaz e Juan Kellerhals, *Jeunesse et Société, Premiers jalons pour une politique de la jeunesse*, Lausanne, Payot, 1971).

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Uma política sectorial que atribui a organismos especializados a definição de medidas parcelares destinadas a solucionar os diferentes problemas dos jovens.

MÉTODOS

Co-gestão parcial, reservando-se a capacidade deliberativa dos jovens a níveis de actuação subalternos (política proteccionista em que os adultos são os actores principais).

CONCEPÇÃO SOBRE A JUVENTUDE

Uma categoria fundamentada na idade (categoria de passagem).

O jovem é visto como uma individualidade inacabada e como beneficiário relativamente passivo das políticas que lhe são destinadas.

PAPEL DO ESTADO

Gestão dos conflitos que ameaçam a integração social da juventude; recurso a especialistas.

Organização dos tempos livres como objecto de particular interesse, privilegiando-se a sua função disciplinadora em desfavor da sua função criativa.

2. POLÍTICAS CULTURAIS

Passando a considerar, num segundo momento, o domínio das políticas culturais, vemos delinear-se um outro modelo em que distinguiremos quatro dimensões das políticas de cultura:

- Como factor de desenvolvimento;
- Como garante de identidade e de independência nacional;
- Como instrumento de alargamento do acesso a bens e serviços culturais;
- Como estratégia de regulação das indústrias culturais.

Vamos caracterizar em termos muito sintéticos cada uma destas dimensões, sem esquecer que, como é óbvio, elas se inter-relacionam estreitamente.

2.1 A POLÍTICA CULTURAL COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO

998 Relativamente a esta dimensão, parece obter elevado consenso a ideia de que as políticas culturais não só têm, hoje em dia, de ser definidas em rela-

ção com as outras políticas, mas devem também constituir-se como prioridade para um desenvolvimento equilibrado.

Fala-se com frequência de «políticas de desenvolvimento cultural» e de «objectivos culturais do desenvolvimento», e uma tal terminologia, usada internacionalmente quando o *welfare state* está em crise, poderá significar que as esperanças se voltam agora para uma nova relação entre políticas culturais e políticas económicas, tomando o sector da cultura como um dos possíveis sectores de crescimento.

Embora seja no domínio do audiovisual que a cultura se tem constituído enquanto sector de ponta, as expectativas a seu respeito alcançam outros domínios «exteriores ao mercado» em que se prevê a crescente importância daquela enquanto sector de criação de empregos — «o terciário criativo da cultura e da informação, a produção artística, artesanal, a salvaguarda e vitalização do património histórico tornam-se um elemento importante das estratégias destinadas a responder à crise e a superá-la»¹².

2.2 A POLÍTICA CULTURAL COMO GARANTE DA IDENTIDADE E DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Nas propostas sobre os objectivos de uma política cultural actualizada vemos valorizar a cultura como *recurso* e como *finalidade*. O primeiro aspecto está implicado na dimensão anterior; quanto ao segundo, podemos caracterizá-lo nos termos da definição de cultura dada pelo Conselho da Europa, para a qual, aliás, remetem frequentemente os textos consultados: «A cultura é tudo o que permite ao indivíduo situar-se em relação ao mundo e também em relação ao seu património natal; é tudo o que contribui para que o homem compreenda melhor a sua situação, tendo em vista a eventual mudança desta».

Todavia, quando as propostas e recomendações se tornam menos abstractas, esta ideia de cultura-finalidade — fundamento de identidade e de inovação — esbarra nas árduas questões suscitadas pelos múltiplos níveis de identidade sociocultural (do local ao transnacional), pela complexidade das relações entre eles (em última análise, relações de poder) e pelos condicionamentos que estas arrastam. No actual quadro de relações, e relativamente ao problema da identidade e da independência nacional, ganham relevo as advertências de sentido dilemático: colonização cultural ou marginalização, eis a inquietante alternativa que parece reservada aos países menos desenvolvidos.

Recusam-se alguns trabalhos, porém, a discutir o dilema nestes moldes, que consideram simplistas, uma vez que os contactos com culturas diversas são condição de enriquecimento das próprias culturas, de abertura e de tolerância. Ao mesmo tempo fazem notar que a defesa da chamada identidade nacional mais não significa, por vezes, do que arcaísmo chauvinista e fecha-

¹² Paola De Biase, *op. cit.*, p. 44.

mento de horizontes (uma atitude que, aliás, uns consideram cada vez mais impraticável nos dias de hoje e outros, pelo contrário, vêem reemergir nalgumas manifestações de regionalismo exacerbado).

Contudo, para os que colocam o dilema colonização/marginalização há um confessado cepticismo quanto à viabilidade do referido enriquecimento em situações de incapacidade para arcar com os custos da produção nacional de certos bens e serviços culturais, em situações de dependência perante uma hegemonia cultural exógena e orientada por lógicas de rendibilidade máxima, tanto do ponto de vista económico como do político¹³.

No confronto destes problemas, a posição a favor de uma *política cultural europeia* procura espaço para se afirmar, apostando no papel de fiel de balança da acção comunitária e esperando dela a definição de uma nova ordem cultural¹⁴, capaz de impedir a dissolução das identidades nacionais e, ao mesmo tempo, de fortalecer a pretendida identidade europeia. Voltaremos a este aspecto quando considerarmos as políticas culturais de juventude, na medida em que é em torno da ideia de uma «Europa jovem intercultural» que se concentram os investimentos para a dita nova ordem cultural.

2.3 A POLÍTICA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE ALARGAMENTO DO ACESSO A BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

O acesso, a frequência e a participação em bens e serviços culturais sofrem condicionamentos de vária ordem, que passam pelas disponibilidades dos consumidores em tempo livre, em meios materiais e financeiros e em apetência.

Neste sentido, as variáveis habitualmente usadas para procurar aferir os condicionamentos do lado da procura (idade, género, residência, instrução, rendimento, ocupação e profissão) têm revelado os seus efeitos discriminatórios em numerosos estudos realizados em diferentes países. Mas, para além dessas variáveis socioeconómicas que caracterizam os consumidores, vemos também serem objecto de atenção crescente as que se situam do lado da oferta e que, por sua vez, produzem efeitos que podem atenuar ou agravar os anteriores — trata-se de variáveis organizacionais relativas aos sectores que se ocupam da cultura, quer como serviço público, quer como produção industrial, quer como mercado (p. ex.: tipo de apoios e de actividades culturais apoiadas, montantes despendidos, distribuição espacial dos equipamentos, diversificação dos bens e serviços).

¹³ Não será por acaso que este cepticismo parece encontrar maior expressão em trabalhos no âmbito das Nações Unidas do que no da Comunidade Europeia, sendo nesta menos extrema a desigualdade de situações entre os diferentes países membros.

¹⁴ Trata-se de uma ideia que tem sido também objecto de debates na Unesco (uma nova ordem mundial da informação e da comunicação — NOMIC), nomeadamente em *Le nouvel ordre économique international: économie et communication*, Paris, Unesco, 1985.

Como complemento da nota anterior, vale a pena referir que a este respeito sobressaíram agudas contradições entre o Norte e o Sul, sendo o antagonismo menos patente quando o debate se circunscreve ao espaço europeu.

Uma das recomendações que se destacam quanto à dimensão que estamos agora a considerar orienta-se para a adopção de uma perspectiva de pesquisa capaz de relacionar os dois lados — oferta e procura — e de desenvolver uma análise dos obstáculos ao acesso que associe o nível do consumo ao da produção/criação e ao da reprodução¹⁵.

Uma outra recomendação, também de distinguir, releva de preocupações não já quanto à perspectiva da investigação neste domínio, mas antes quanto à intervenção propriamente dita. E aqui a tónica é posta na importância da educação para o alargamento do acesso, o que se exprime concisamente nas palavras de Jacques Delcourt: «Não há política cultural sem política de formação; uma formação de base, sem dúvida, mas também um treino ou formação específica.»¹⁶

Alguns autores mostram-se particularmente sensíveis a este problema, confrontados que foram com uma perturbadora contradição, fruto das suas próprias pesquisas. De acordo com estas, mau grado as palavras de ordem que vêm animando as políticas culturais — democratizar, descentralizar — e mau grado a própria existência de alguns factores em princípio favoráveis ao acesso e à participação cultural — alargamento da escolaridade, aumento dos tempos livres e do apoio público e privado à cultura —, tenderá a persistir, paradoxalmente, a distância entre os grupos privilegiados socioeconómica e culturalmente e os que o não são¹⁷. Um parêntese para notar que estes autores parecem ignorar determinados aspectos para os quais as análises sobre a situação dos jovens na última década têm vindo a chamar a atenção, nomeadamente o facto de o alargamento da escolaridade tender a localizar-se nos níveis de instrução básicos; o de o aumento dos tempos livres se fazer acompanhar pelo aumento dos tempos «esvaziados» (caso dos desempregados ou dos subempregados); o de o apoio público e privado à cultura ficar grandemente aquém do que se considera necessário¹⁸.

2.4 A POLÍTICA CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE REGULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INDÚSTRIAS CULTURAIS

A explosão da oferta e da procura no sector das indústrias culturais (i. c.), em contraponto com a relativa estagnação das instituições culturais tradi-

¹⁵ Jacques Delcourt, *op. cit.*, pp. 96-97.

¹⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 101.

¹⁷ Linda Hantrais e Teus Kamphorts referem-se a este paradoxo nos seus comentários ao projecto multinacional que editaram com o título *Trends in the Arts. A Multinational Perspective*, Utrecht, 1987.

¹⁸ A este respeito é representativa a seguinte observação num relatório apresentado ao Conselho da Cooperação Cultural: «A determinação para o apoio cultural é tão essencial para os vários níveis dos poderes públicos como o deve ser para os agrupamentos privados, qualquer que seja a sua natureza. Sabendo como esse apoio é essencial, não podemos deixar de nos surpreender ao verificar até que ponto ele é fraco na realidade. Uma verificação muito pouco animadora quanto ao nosso futuro [...]» [J. Betts, *Le Public et le Privé au Secours de la Culture: un jeu de société?*, Estrasburgo, Conseil de l'Europe, DECS/Rech (85) 55, 1985].

cionais, é um factor tratado de forma ambivalente nos vários textos consultados. Expressão inegável da importância daquele sector no desenvolvimento cultural, vemo-lo, por um lado, interpretado como sinal de novos modos de relacionamento com a arte que já não se confinam às minorias — e, neste sentido, as i. c. constituem uma via de democratização da cultura que reclama um outro olhar para além dos horizontes das formas clássicas da cultura (f. c. c.). Por outro lado, o mesmo factor é igualmente interpretado como sinal do aumento de uma instrumentalização da cultura que, ao democratizá-la, ao mesmo tempo a desqualifica, na medida em que privilegia uma mediocridade agradável e rendível enquanto tal.

De resto, a própria verificação desta ambivalência faz que prevaleça uma posição de reserva prudente, a aguardar que uma análise mais rigorosa da interacção entre as i. c. e as f. c. c. possa vir a informar melhor as orientações futuras das políticas culturais, «a fim de determinar em que medida e em que condições elas [as i. c. e as f. c. c.] se poderão apoiar umas às outras, tanto na fase da criação como na da promoção e da distribuição, e, sobretudo, no domínio da participação e da formação»¹⁹.

A dita ambivalência e a conseqüente posição reservada condicionam, pois, necessariamente, a abordagem das questões relativas à intervenção dos poderes públicos no sector das i. c. (vemos reproduzir-se, canalizadas agora para este específico sector, as posições quanto ao debate intervencionismo/liberalização referidas na parte I do presente texto).

No entanto, uma ideia tende a ser dominante — a de que as i. c. são demasiado importantes, pelas suas repercussões sobre a vida social, para que o Estado as abandone às iniciativas de uns e de outros. A partir daqui, as opiniões divergem em vários pontos, designadamente:

- Quanto aos limites dos poderes públicos em relação à autonomia das i. c.;
- Quanto às formas possíveis de equilíbrio entre as duas partes;
- Quanto aos meios de intervenção e às estratégias a adoptar pelo Estado.

Entre as diferentes posições, uma visão do papel dos poderes públicos como correctivo ou compensatório relativamente ao papel das i. c. parece prevalecer sobre uma visão de crescente impotência dos governos perante o dinamismo e a força de certos actores privados, nomeadamente de âmbito transnacional (tanto uma como outra das visões insistem, aliás, na necessidade de atender às diferenças da natureza e dos limites da intervenção do Estado, conforme o desenvolvimento do país em causa).

Com base no confronto de alguns trabalhos apresentados na Unesco, numa reunião para debater «O lugar e o papel das i. c. no desenvolvimento cultural das sociedades», reunimos um conjunto de recomendações que correspondem, a nosso ver, a uma síntese de posições que, não sendo sempre coincidentes, convergem, no entanto, quanto aos objectivos fundamentais da

intervenção do Estado. A tendência é a de uma sensibilização dos poderes públicos para que estejam atentos às finalidades sociais e culturais do desenvolvimento económico, de tal modo que possam gerir nesse sentido os problemas a que, não raro, dá lugar a expansão do sector dos i. c., prioritariamente orientado para finalidades económicas.

Nessa linha, sublinham-se os seguintes *objectivos* de uma intervenção dos poderes públicos projectando-se no sector das i. c.²⁰

- Reforçar a competitividade da produção cultural nacional e apoiar a sua projecção no exterior;
- Reduzir a dicotomia «cultura superior»/«cultura de massas»;
- Incrementar a formação dos produtores, mediadores e consumidores culturais;
- Diversificar a oferta e a procura de bens e serviços culturais;
- Conter a promoção do vedetismo e do *best-seller*;
- Modernizar as instituições clássicas de difusão cultural.

Quanto aos *meios* de intervenção do Estado no sector das i. c. capazes de concorrer para os objectivos visados, distinguem-se:

- Gestão directa ou semidirecta de uma i. c.;
- Concessão de licenças e outras medidas regulamentares;
- Subvenções e encomendas;
- Privilégios fiscais e fixação das tarifas dos serviços públicos;
- Extensão do sistema de garantia bancária e de empréstimos para a exportação;
- Legislação em defesa dos direitos dos que produzem, reproduzem e consomem os bens e serviços culturais;
- Recurso à investigação aplicada para orientação das políticas a desenvolver.

3. POLÍTICAS CULTURAIS DE JUVENTUDE

Chegamos, por fim, ao domínio das *políticas culturais da juventude*, última etapa deste caminhar por aproximações sucessivas que nos propusemos.

Obviamente que o modelo que se esboçar relativamente às posições no referido domínio não pode deixar de reintegrar elementos dos modelos já

²⁰ Remetemos sobretudo para os relatórios de J. Heiskanen, «Intervention des pouvoirs publics et autonomie du secteur privé dans les industries culturelles en Finlande»; A. Girard, «Le rôle des pouvoirs publics», e S. Minowa, «Une stratégie purement libérale: le rôle des pouvoirs publics et du secteur privé dans les industries culturelles au Japon», in *Les Industries Culturelles*, Unesco, 1982.

anteriormente delineados para as políticas de juventude e para as políticas culturais. Não obstante, é necessário, uma vez mais, identificar novas lógicas decorrentes, agora, da expressa ligação entre os dois termos: *cultura e juventude*.

Nas políticas culturais de juventude, cultura e tempos livres aparecem em íntima fusão, correspondendo-lhes um núcleo de problemas que reclamam muito particularmente dois tipos de intervenção, um dirigido à *formação* e outro à *participação*. Se bem que solicitadas igualmente por outras categorias de questões juvenis (relativas à educação, ao emprego, etc.), formação e participação funcionam, neste caso, sobretudo como meios para obviar a influências nocivas de uma «cultura juvenil» entendida como fenómeno de mercado e como construção dos *media* com grande poder manipulativo sobre os jovens.

É certo que, na década de 80, a relação entre os jovens e os *media* deixou de ser abordada meramente no sentido de considerar estes como «uma espécie de doença contagiosa», contra a qual a formação constituía «um meio necessário de vacinação», para usar as palavras de Masterman num relatório-síntese dos trabalhos do Conselho da Europa em matéria de educação para os *media*²¹. Mas tal não significa que tenham desaparecido as preocupações quanto ao impacte dos *media* e das i. c., já verificadas atrás para a população em geral e que agora vemos adensarem-se para a população jovem. Para isso concorrerá o efeito cumulativo de determinados factores «de risco», regra geral apontados como característicos da situação de jovem, nomeadamente:

- Ser um receptor particularmente sensível;
- Usufruir de grande autonomia na esfera da cultura e tempos livres, em contraste com o controlo na esfera da escola ou do trabalho;
- Ter maiores disponibilidades em tempos de lazer;
- Manifestar uma forte atracção pelos produtos dos *media*/i. c.;
- Afirmar-se prioritariamente através do consumo (material e simbólico).

Destas considerações decorrem, no entanto, tomadas de posição não raro ambíguas e contraditórias que se caracterizam pelo pouco rigor das noções de cultura e de juventude implicadas e pela descontinuidade que por vezes se observa entre as políticas culturais e as políticas de juventude recomendadas. Deparam-se-nos assim, num mesmo texto, representações sobre os jovens que sublinham a sua capacidade de participação como agentes de desenvolvimento e mudança e que denunciam, simultaneamente, a sua apatia e neutralização como consumidores da «cultura juvenil». Trata-se de dois aspectos sem dúvida coexistentes, mas que têm de ser sociologicamente loca-

²¹ Len Masterman, *Le développement de l'éducation aux médias dans l'Europe des années 80*, Estrasburgo, Conseil de la Coopération Culturelle, 1988.

lizados, sob pena de não se saber a que destinatários se dirigem as propostas de políticas culturais da juventude.

Todavia, se neste domínio, e entre os trabalhos consultados, predominam os habituais clichés sobre a «cultura juvenil» massificadora, aparecem também outras perspectivas interessadas em problematizar uma noção que, aliás, tem vindo a ser alvo de questionamento por parte de vários investigadores, particularmente em pesquisas pluridisciplinares (sociologia da cultura, da comunicação, da juventude)²².

Nesta linha, concentrando-nos nos documentos que se afastam dos lugares-comuns, parecem-nos de relevar duas problemáticas:

Heterogeneidade da juventude enquanto categoria social;
Mediações e relativização do impacte dos *media* sobre os jovens.

Elas dão visibilidade a aspectos habitualmente secundarizados, se não mesmo esquecidos, quando se apresentam sugestões de políticas de formação e participação para os jovens na esfera da cultura e tempos livres.

Assim, e quanto à primeira problemática, o facto de ela acentuar a diversidade de condições sociais a que corresponde a situação juvenil permite ultrapassar uma excessiva enfatização da variável idade e abrir caminho para a necessária identificação dos diversos graus de autonomia/dependência e de participação/desinteresse entre os diversos jovens. Os comportamentos destes no que respeita aos consumos culturais manifestar-se-ão dependentes da variabilidade dos modelos familiares, dos modos de socialização, das diferentes formas de passagem a adultos.

Mas, porque estas determinações parecem às vezes corresponder a evidências e tautologias quando formuladas em termos demasiado abstractos, há que lembrar que elas são apoiadas pelos resultados de variadas pesquisas empíricas. Embora não seja aqui o lugar para as comentar com o devido desenvolvimento, podemos evocar muito sumariamente alguns aspectos que temos por elucidativos quanto à problemática em causa.

São de referir certas análises das relações entre estudo ou trabalho e comportamentos de lazer (cultura e tempos livres) segundo o posicionamento social dos jovens. Se, por exemplo, considerarmos os seguintes casos: 1) situações que se caracterizam por fraco volume de capitais (económico, escolar, cultural, simbólico); 2) situações de promoção social; e 3) situações envolvendo elevado capital cultural, verificar-se-ão as seguintes tendências: no 1.º caso, adesão acrítica a uma produção cultural massificada e grande investimento nos consumos; no 2.º caso, relação inversa entre estudo ou trabalho e consumo, sendo que a aposta na formação-qualificação leva à contenção nos tempos livres e nos consumos e ao privilegiar de uma cultura

²² Ocorre-nos citar uma interessante compilação de estudos sobre *youth cultures* com o título *Resistance through Rituals*, edit. por Stuart Hall e Tony Jefferson, Centre for Contemporary Cultural Studies, Univ. of Birmingham, 1983.

pedagógica contra uma cultura recreativa; no 3.º caso, culto da inovação e da originalidade pessoal como princípios de seleção cultural²³.

Também determinadas análises do processo de transição para a idade adulta visam detectar diferentes situações e suas possíveis repercussões nas práticas quotidianas dos jovens. Podemos situar dentro desta linha uma «tipologia de situações contraditórias» do dito processo de transição nas sociedades de capitalismo desenvolvido, apresentada por Freyhold²⁴. Consta de três tipos: 1) jovens desempregados ou sem emprego estável — falta de horizontes, marginalidade; 2) jovens trabalhadores em postos mal remunerados e subalternizados — escape através da apropriação de estilos de consumo (modas); 3) jovens estudantes sujeitos a elevadas pressões em termos de exigências presentes e de incertezas futuras — comportamentos de protesto social (ou de pragmatismo, segundo outras versões mais recentes deste género de análise tipológica).

Ainda em relação à mesma problemática da heterogeneidade da juventude, uma outra referência a estudos sobre diferentes estruturas socializantes do meio familiar e sua influência sobre a capacidade de autonomia dos jovens (muito simplificada: uma estrutura fraca, predominante nas famílias do subproletariado; uma estrutura flexível, predominante nos quadros superiores; uma estrutura rígida, predominante na pequena burguesia)²⁵. Uma vez mais, trata-se de aspectos a solicitar o desenvolvimento da investigação e o planeamento de programas de formação/participação adequados aos diferentes destinatários.

Passando à outra problemática — relativização da influência dos *media* sobre os comportamentos dos jovens —, voltamos a destacar aquelas posições que, sendo embora menos frequentes, têm o interesse de se demarcar do discurso do senso comum, apoiando-se em teorias da comunicação e da cultura.

Do discurso de senso comum dá-nos expressão adequada a seguinte passagem que, a título de exemplo, transcrevemos de um relatório apresentado por ocasião da 20.ª Sessão da Conferência Geral da Unesco: «A comercialização dos tempos livres dos jovens, sob a influência dos *mass media* em particular, é um problema preocupante em quase todas as regiões do mundo. Com efeito, a redução dos tempos livres a uma actividade de consumo, sobretudo nas cidades, leva à passividade e sufoca a actividade criadora dos jovens. Além disso, transmite gostos, atitudes e informações, de maneira unidireccional, dos produtores da comunicação de massas para os consumidores.»²⁶

²³ Veja-se Dominique Grootaers (coord.), *Culture Mosaïque*, Lyon, Chronique Sociale, 1984, e C. Maroy e D. Ruquoy, *Les jeunes et la consommation*, CRIOC, 1981.

²⁴ Veja-se Michaela von Freyhold, «Youth in the Third World», in *Current Sociology*, ISA, n.ºs 2/3, 1979.

²⁵ Veja-se J. Lautrey, *Classe sociale, milieu familial et intelligence*, PUF, 1980.

²⁶ *Tendências da Juventude nos Anos 80* (colab. de Franco Ferraroti e de Thomas Forstewer), Divisão da Juventude da Unesco, p. 33.

A outra posição rejeita esta ideia de uma transmissão sem filtro e considera imprescindível, para um diagnóstico mais seguro, um melhor conhecimento:

Dos mecanismos do impacto dos *media* (da TV em particular), procurando isolá-lo das outras influências;
Dos factores de que depende a interiorização dos valores transmitidos.

Relativamente a estes factores, uma comunicação apresentada também no âmbito da Unesco distingue: «a) a possibilidade de reconhecer os valores transmitidos (ter-lhes acesso objectivamente e percebê-los subjectivamente); b) a relação afectiva com os valores reconhecidos; c) o grau de integração de um grupo restrito (família, grupo de pares) relativamente aos valores interiorizados.»²⁷

O processo de interiorização dos valores dependerá, pois, dos modos por que se configurar o sistema de relações entre os diferentes agentes de socialização e os socializados. Este ponto de vista tem implicações importantes no que respeita à forma de conceber a prática do consumidor cultural e, conseqüentemente, no que respeita à forma de planear as políticas culturais da juventude. De uma concepção que dá como directos e imediatos os efeitos dos *media* sobre os jovens passa-se para uma concepção atenta ao processo que permeia a passagem das mensagens emitidas para as mensagens recebidas — o que está em causa já não é uma mera assimilação-registo, mas uma assimilação reelaborativa²⁸.

Deste modo, o problema da formação/participação aparece reposto em novos moldes, sendo que à lógica proteccionista sucedem as lógicas de investigação-compreensão e de responsabilização que tendem a orientar, nos últimos anos, a definição dum novo programa de educação para os *media*. Educação que, citando de novo Masterman, «comporta uma 'responsabilização' dos formandos essencial à criação e reprodução de uma democracia activa e de um público que não é facilmente manipulado e cuja opinião sobre as questões mediáticas *conta*» porque esse público desenvolveu «uma autonomia crítica» e aprendeu «a contestar 'o natural' das imagens mediáticas»²⁹.

²⁷ Krzysztof Przeclawski, «L'impacte des industries culturelles de l'audio-visuel sur le comportement des jeunes», in *Industries Culturelles*, Unesco, 1982, p. 58.

²⁸ No prolongamento desta referência ao processo de assimilação reelaborativa lembramos que, nas suas teorizações sobre estilos juvenis, John Clarke chama a atenção para a necessidade de considerar a difusão mediática de um estilo não apenas pelo lado negativo da dominação cultural, mas também pelos aspectos eventualmente positivos das formas comerciais do *entertainment* transnacional. Estas, ao imporem-se às culturas locais, podem acabar por permitir uma expansão do «espaço cultural» através do retrabalhar dos estilos originais. Os elementos simbólicos perdem a sua primeira e integral relação com um específico contexto (*life context*) e tornam-se, assim, mais abertos à variação, reestruturados pelos grupos que deles se apropriam e que se caracterizam por actividades, auto-imagens e preocupações que não são precisamente as mesmas (John Clarke, «Style», na já citada *Resistance Through Rituals*, p. 186).

²⁹ Len Masterman, *op. cit.*, p. 11.

Ainda segundo o relatório que citamos, não parece ter tido qualquer eficácia, nas políticas de educação para os *media*, nem a habitual atitude de rejeição monolítica dos *media*, nem a de uma arbitragem de qualidade assente na autoridade dos professores, até porque a maioria dos jovens «se tem obstinado a defender o seu direito de apreciar os *media* diferentemente dos professores». A alternativa do desenvolvimento da autonomia crítica apresentada exigirá que se comece por considerar os produtos mediáticos como resultado de uma construção, para depois procurar conhecer: a rede complexa de factores intervenientes nesse processo de construção; as técnicas da retórica utilizadas pelos *media*; o papel actual dos públicos como produto principal dos *media* (segmentação e embalagem do público vendido pelos publicitários).

Trata-se de um programa que reclama um importante esforço de articulação entre investigação e ensino, de convergência interprofissional (docentes e profissionais dos *media*) e de integração escolar da educação para os *media* no ensino de todas as matérias³⁰.

Vemos, assim, neste sector específico, e no final da década de 80, desenvolver-se e precisar-se uma orientação que começara a fazer-se sentir de forma incipiente cerca de 10 anos antes, quando no relatório da Conferência de Helsínquia se recomendava o apoio a programas educativos do tipo clássico e não clássico, com vista a promover abordagens críticas da produção de *media*/i. c.³¹

De notar que no mesmo documento se preconizava também a criação de medidas destinadas a enriquecer a gama existente de agentes de socialização, com particular incidência sobre os animadores trabalhando com crianças e adolescentes.

Com efeito, a animação sociocultural é outra via das políticas de formação/participação a que tem sido conferido crescente interesse e que tem vindo a ser concebida em novos termos, sobretudo a partir dos primeiros resultados de várias pesquisas enquadradas pelo Conselho de Cooperação Cultural em 1978. De simples mecanismo de adaptação com efeitos de lenitivo, a animação tornou-se processo de mudança social. Este outro olhar integra várias transformações:

Passagem da ideia de democratização da cultura para a de «democracia cultural»;

Alargamento da noção de acção cultural abarcando uma ligação com a vida quotidiana, para além das actividades tradicionalmente reconhecidas como culturais, e uma abertura à inovação e à experimentação para além da vulgarização das artes clássicas.

³⁰ Len Masterman, *op. cit.*, pp. 23-28.

³¹ Projet de Rapport, 1979. *Réunion d'experts sur les incidences des industries culturelles dans le domaine de l'audio-visuel sur le comportement socio-culturel des jeunes et des femmes*, Finlândia, 11-14 de Dezembro de 1979.

Transferência de poder dos agentes culturais tradicionais para os próprios utentes, devendo estes integrar-se na gestão das instituições da animação³².

A terminar, queremos ainda chamar a atenção para a reemergência de uma das componentes do modelo de quatro dimensões, atrás delineado. Trata-se da posição a favor de uma política cultural europeia que, reportada agora à juventude, se exprime na fórmula «uma Europa jovem intercultural». Vão neste sentido as recomendações para o desenvolvimento das políticas de intercâmbio internacional, que nos últimos anos têm merecido particular atenção dos responsáveis pelas políticas de juventude da Comunidade Europeia.

Interessa-nos aqui, especificamente, o intercâmbio na área da cultura e tempos livres, mas há que não esquecer que ele é recomendado no âmbito de uma cooperação comunitária alargada a uma multiplicidade de iniciativas em diversas áreas (para uma política integrada da juventude).

Todavia, ao considerar a mobilidade dos jovens, as actividades de cultura e tempos livres parecem ser as privilegiadas enquanto «forças impulsionadoras para a edificação de uma Europa intercultural», como se lê repetidas vezes no relatório da Semana da Juventude Europeia em 1985³³.

Entre as propostas tendo em vista estimular a dita cooperação comunitária ao nível dos jovens³⁴ destacam-se três núcleos de interesse orientados para:

- A expansão dos serviços destinados aos jovens na área da informação e assessoria;
- A sensibilização para situações que podem dificultar a participação de determinados jovens nos intercâmbios (condições sociais, económicas, étnicas, geográficas, físicas ou psíquicas desfavoráveis);
- O reforço do associativismo e a profissionalização dos animadores numa óptica transnacional.

A internacionalização da cultura, protagonizada agora pelos jovens através de uma circulação por contactos directos, funcionaria, assim, como compensadora dos efeitos de troca desigual denunciados nalguns dos trabalhos consultados. Esta visão optimista, alicerçada nas virtudes do intercâmbio cultural juvenil, tem vindo ultimamente a contrapor-se às já referidas preocupações com a subalternização da cultura ao nível nacional, regional e local, apresentando-o como antídoto contra os efeitos manipuladores atribuídos à circulação por via mediática.

³² Veja-se J. C. Crevoisier (Rapporteur Général), *Des Pratiques Socio-Culturelles à une Politique de l'Animation*, Symposium de Lyon, 19-22 de Setembro de 1978, C. C. C., Conseil de l'Europe.

³³ Veja-se Alain Roy (General Rapporteur), *The Young, Actors in Their Own Lives*, European Youth Week, 1-6 de Julho de 1985, European Youth Centre, Council of Europe.

³⁴ Resumimos aqui as propostas do documento de trabalho «Europa Jovem», Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1989, public. na *Revista de Estudos de Juventud*, n.º 34, Junho de 1989.